Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.07, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3764

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM NUTRIÇÃO CLÍNICA: QUAL O OLHAR DO PRECEPTOR?

SUPERVISED INTERNSHIP IN CLINICAL NUTRITION: WHAT IS THE PRECEPTOR'S PERSPECTIVE?

Nayanne Duarte Madeira Carvalho
Mestre em Ensino na Saúde, Hospital das Clínicas/EBSERH, Brasil
E-mail: nayanne.nutri@gmail.com

Andrea Sugai
Doutora em Política Social, Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Goiás, Brasil
E-mail: andreasugai@ufg.br

Maria Luiza Ferreira Stringhini
Doutora em Ciência Animal, Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Goiás, Brasil
E-mail: mlstring@ufg.br

Ida Helena Carvalho Francescantonio Menezes
Doutora em Ciências, Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Goiás, Brasil
E-mail: fmenezes@ufg.br

Recebido: 01/04/2025 – Aceito: 15/04/2025

Resumo

O Estágio Supervisionado em Nutrição Clínica constitui item obrigatório para a formação superior em Nutrição. Neste contexto, destaca-se a figura do preceptor, um ator importante e indispensável para o desenvolvimento deste componente curricular. Estudos que abordam a preceptoria em áreas da saúde são comuns na literatura, porém são poucas as pesquisas que avaliam essa temática na área da nutrição. O objetivo do presente estudo foi compreender a percepção do preceptor no estágio em Nutrição Clínica do curso de Nutrição de uma universidade pública federal de ensino superior, realizado em dois hospitais públicos. A pesquisa foi de natureza exploratória, utilizando-se a abordagem qualitativa. Primeiramente, aplicou-se um questionário aos preceptores que acompanhavam o referido estágio e, posteriormente, foram realizados dois grupos focais. A síntese temática gerou quatro temas analíticos abrangentes: (1) observou-se uma falta de clareza na conceituação e na delegação das funções do preceptor e do professor; (2) o relacionamento e o diálogo entre eles foram avaliados de forma negativa; (3) a falta de formação em preceptoria foi apontada como fator limitador da atuação do preceptor no estágio e, (4) a presença do estagiário no local de trabalho foi considerada um agente de mudanças positivas. Acredita-se que ações conjuntas de educação permanente e capacitação entre o serviço e a instituição de ensino são

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3764

importantes para o desenvolvimento adequado do estágio e na formação dos futuros profissionais.
Palavras-chave: Preceptoria; Estágio; Nutricionistas.

Abstract

The Supervised Internship in Clinical Nutrition is a mandatory item for higher education in Nutrition. In this context, the role of the preceptor stands out, as an important and indispensable actor for the development of this curricular component. Studies that address preceptorship in health areas are common in the literature, but there are few studies that evaluate this theme in the area of nutrition. The objective of this study was to understand the perception of the preceptor in the internship in Clinical Nutrition of the Nutrition course of a public federal higher education university, carried out in two public hospitals. The research was exploratory in nature, using a qualitative approach. First, a questionnaire was applied to the preceptors who accompanied the internship and, subsequently, two focus groups were held. The thematic synthesis generated four comprehensive analytical themes: (1) a lack of clarity was observed in the conceptualization and delegation of the functions of the preceptor and the professor; (2) the relationship and dialogue between them were evaluated negatively; (3) the lack of training in preceptorship was pointed out as a limiting factor for the preceptor's performance during the internship, and (4) the presence of the intern in the workplace was considered an agent of positive change. It is believed that joint actions of continuing education and training between the service and the educational institution are important for the adequate development of the internship and in the training of future professionals.
Keywords: Preceptorship; Training Support; Nutritionists.

1. Introdução

A formação de Recursos Humanos (RH) para a área da saúde é um assunto que há tempos está em evidência nos cenários de discussões nacionais e internacionais. No Brasil, as Conferências Nacionais de Saúde serviram como pano de fundo para esses debates, e mais especificamente, a partir da III Conferência realizada em 1963, este se tornou um assunto recorrente em suas pautas (SILVA; SILVA; BRAGA, 2009; VENDRUSCOLO; PRADO DO; KLEBA, 2014).

Neste cenário de grandes mudanças, novas possibilidades estavam sendo criadas, como a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, que incluía as determinações para o ensino superior e, consequentemente, a formação do profissional de saúde (BRASIL, 1996). A LDB propôs que os projetos pedagógicos dos cursos (PPC) fossem elaborados pela comunidade acadêmica, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN),

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3764

consideradas como normas obrigatórias para a educação no Brasil. Dentre as orientações propostas pelas DCN, para os cursos da área da saúde, ressalta-se a obrigatoriedade na realização dos estágios (BRASIL, 1996).

Diante da importância do estágio para formação profissional, foi aprovada, em 2008, a Lei nº 11.788 que regulamenta os estágios de qualquer natureza, obrigatórios ou não, e em qualquer área profissional do Brasil. Esta lei dispõe sobre o estágio em várias modalidades de ensino: superior, educação profissional, ensino médio, educação especial, anos finais do ensino fundamental e na educação de jovens adultos (BRASIL, 2008). Nesse contexto, destaca-se o papel fundamental do preceptor. Essa função é executada por um profissional que não é da academia, mas que participa do processo de formação em saúde, ao articular a prática ao conhecimento científico. Essa articulação requer do preceptor, a capacidade de mediar o processo de aprender-ensinar no trabalho, problematizar a realidade e provocar, no estudante, um processo de ação e reflexão para a reconstrução da sua prática diária (RIBEIRO; PRADO, 2014).

Estudos abordando a preceptoria e o estágio supervisionado nas áreas médica e de enfermagem são comuns. No entanto, são poucas as pesquisas que abordam essa temática em nutrição. Diante disso, são objetivos deste trabalho analisar e compreender a percepção do preceptor no estágio supervisionado em Nutrição Clínica do curso de Nutrição de uma universidade pública federal de ensino superior, realizado em dois hospitais públicos, para a integração do ensino/serviço.

2. Metodologia

Este estudo está inserido em um projeto matriz de uma instituição pública de ensino superior da região Centro-Oeste do Brasil intitulado “Projeto de Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Nutrição da Universidade Federal de Goiás (UFG)”, realizado entre os anos de 2014 a 2020 (STRINGHINI et al., 2021).

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3764

A presente pesquisa, realizada entre 2015 e 2017, é de natureza exploratória, utilizando a abordagem qualitativa (MINAYO; COSTA, 2019). Como critério de inclusão foram considerados todos os preceptores que tinham, no mínimo, seis meses de experiência em preceptoria. Os preceptores em licença médica, afastamentos diversos no período de coleta de dados e com prática de supervisão de estágio inferior a seis meses foram excluídos da pesquisa.

De um total de 17 preceptores, um se recusou a participar, uma estava de licença médica, três possuíam menos de três meses na função de preceptora e uma era a pesquisadora do presente estudo. Ao final, participaram do estudo 11 preceptores do Estágio Supervisionado em Nutrição Clínica das duas instituições conveniadas com a faculdade, sendo cinco de um hospital escola especializado em reabilitação e readaptação de pacientes e seis de um hospital geral público federal de ensino.

Inicialmente, foi apresentada a pesquisa aos gestores da unidade de saúde e solicitada a liberação dos profissionais para participarem dos grupos focais. Após a ciência da gestão, iniciou-se o convite dos preceptores, via aplicativo de comunicação por celular. No dia da atividade, os participantes foram acolhidos e os Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) assinados, bem como as autorizações para a gravação das discussões, para posterior transcrição da dinâmica. Os dados foram coletados por meio de dois grupos focais, realizados em datas distintas, em cada um dos serviços de saúde.

A elaboração do roteiro para a condução dos grupos focais baseou-se na análise de um questionário com questões abertas e fechadas advindas de Escala *Likert*, aplicado, anteriormente, aos preceptores (STRINGHINI et al., 2021). Os pontos essenciais do roteiro foram: conceito e função de preceptor; o papel do aluno no estágio; interesse dos alunos do estágio pelo aprendizado e desenvolvimento de habilidades no campo do estágio; apresentação do plano de ensino aos preceptores; domínio do conhecimento técnico científico dos alunos; avaliação; relação do professor com a equipe do estágio; presença do professor no

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3764

local do estágio; mudança no ambiente de trabalho com a presença do estágio e potencialidades da atividade de preceptor.

Para facilitar a dinâmica dos itens expostos no roteiro e melhor interação e visualização dos preceptores com os temas abordados no grupo focal, foram confeccionados, pela pesquisadora, figuras em EVA, que representavam as instituições e os atores, o aluno, o professor e o preceptor.

As discussões dos grupos focais foram gravadas em dois celulares evitando-se as perdas das informações. As gravações foram repassadas para o computador e arquivadas em um arquivo no formato M4A. As filmagens das atividades foram realizadas por meio de câmera fotográfica digital DSC-W380 e o conteúdo arquivado, em computador, no formato MP4.

As transcrições dos áudios dos grupos focais foram realizadas, em duplicata, visando minimizar o viés de percepção de um único pesquisador e garantir a confiabilidade da análise. Para a verificação dos dados foi realizada a análise de conteúdo segundo Bardin (2016), utilizando-se das categorias emergentes da análise dos dados. Para realizar a análise de conteúdo, os dados foram categorizados, permitindo, assim, o encontro de semelhanças, o que permite, ao pesquisador, fazer inferências e formular respostas orientadas exclusivamente pelos dados da pesquisa (MALHEIROS, 2011). As etapas da técnica propostas por Bardin (2016) são organizadas em três principais fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação. Nesta pesquisa, a organização das informações transcritas, para posterior análise, foi realizada de forma manual, pelos autores, por meio de uma planilha no programa *Microsoft Excel.*

Esta pesquisa considerou os princípios éticos fundamentais que norteiam as pesquisas envolvendo seres humanos, descritos e estabelecidos pela Resolução Conselho Nacional de Saúde nº 466 de 12 de dezembro de 2012. O projeto matriz foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição com nº 2.504.223. As informações coletadas neste estudo foram mantidas em sigilo e confidencialidade, não sendo divulgados os nomes dos

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3764

entrevistados e as respostas de cada participante.

3. Resultados e Discussão

3.1 Compreensão acerca do conceito de preceptor e professor

Durante o grupo focal, foi abordado os conceitos de preceptor e professor no contexto do estágio supervisionado. Destacam-se as seguintes definições:

A1: “É um profissional... que trabalha mesmo né, que tá no campo que o estagiário se encontra…. como se fosse um mediador né entre o estagiário e o local de trabalho, auxilia o estagiário na execução no ensinamento...”
A2: “Eu acho que é quem recebe, quem recebe o estagiário ou o aluno de residência o profissional em formação, é quem recebe e acompanha ele diariamente”.
A4: “Mas preceptor, tutor e mentor eles têm quase a mesma definição que é o ato de ensinar um conhecimento prévio que você já tem passar pra outra pessoa também, é o acompanhar, supervisionar”.

Para os participantes, o preceptor foi conceituado como um profissional que está no campo de trabalho, um mediador entre o local de estágio e o aluno, é quem recebe, orienta, ensina, acompanha e supervisiona o aluno diariamente, considerado também, um professor da prática.

Podemos observar que o conceito foi formado basicamente por atividades que os preceptores desenvolvem na preceptoria, o que confirma a formação desse conceito com base nas experiências próprias e na vivência como preceptor. Tal fato corrobora com Ferreira, Dantas e Valente (2018), que explicam que os conceitos são construídos por suas relações com os fatos. Podemos ainda perceber um componente implícito na conceituação de carácter pedagógico, como o preceptor atuando como um facilitador, um mediador e um educador.

A construção do conceito de preceptor ainda não está clara na literatura, e ainda não possui consenso ou um significado definitivo (AUTONOMO et al., 2015). Até mesmo nos documentos oficiais, como na Lei do Estágio, não se encontra

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3764

explícito a definição de preceptor, o que causa dúvidas em muitos programas e planos de ensino.

Quando indagados sobre o conceito de professor, os preceptores trouxeram as seguintes falas:

A2: “Eu acho que é ensinar né, [....] o professor sim, ele é o responsável por mostrar para o aluno né, e conduzir qual o caminho ele deve fazer pra adquirir o conhecimento e avaliar né”.
B3: “Eu acho que ele é a pessoa que vai determinar o que que aquele aluno né, tem que aprender [...]o que têm de ser aprendido, o que a universidade espera que aquele aluno saia do estágio sabendo”.
B6: “Mas eu acho que eles são assim um apoio, um apoio da faculdade na prática, assim um link daqui lá com o hospital [...] as questões técnicas, e a maior parte burocrática é o professor”.
A4: “[...] ele vai supervisionar o atendimento dele (estagiário), eu entendo isso como supervisão”.

Nas falas de alguns preceptores observa-se uma percepção mais organizacional das atividades do professor no local do estágio, identificando-o como o profissional responsável pela definição de conteúdo programático para o componente curricular, pelo direcionamento aos alunos nas atividades do estágio, resolução de questões burocráticas, como elaboração de horários, rotinas dos alunos e avaliação do estagiário. Para outros, o professor possui um caráter mais pedagógico, pois o definem como o profissional responsável por ensinar, orientar, avaliar e mostrar o caminho do conhecimento ao aluno, características semelhantes às destinadas ao preceptor.

Para Masetto e Gaeta (2016), o professor pode possibilitar ao aluno a busca do caminho para a construção de um saber mais consistente, procurando superar as dificuldades encontradas em sua trajetória, para alcançar bom desempenho no processo ensino aprendizagem. Apesar do professor orientador desempenhar atividades diferenciadas da sala de aula e na supervisão de estágios,

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3764

ele ainda mantém o seu importante papel no processo ensino aprendizagem dos alunos. Um conceito mais abrangente de professor foi definido por Cândido et al. (2014), em que o papel do professor é de mediador das relações do aluno com o mundo, o que facilita a sua percepção e sua capacidade transformadora da realidade, além de dar apoio na construção de sua personalidade, facilitando o processo desse aluno em lidar com suas alternativas de escolhas e opções, com suas necessidades e condicionamentos.

Conhecer e entender os conceitos dos atores envolvidos no estágio pode ser um grande facilitador no desempenho das atividades e no desenvolvimento satisfatório do estágio, pois, dessa forma, compreende-se melhor a função dos atores envolvidos nesse contexto.

3.2 Compreensão acerca das funções do preceptor e do professor no estágio

Sobre a função do preceptor, os termos utilizados com maior frequência foram: supervisionar, acompanhar, ensinar pela prática, acolher, orientar, ensinar, avaliar, relacionar teoria e prática, trocar experiências, direcionar e estabelecer rotinas. As resoluções do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) nº 418/2008 que “dispõe sobre a responsabilidade do nutricionista quanto às atividades desenvolvidas por estagiários de nutrição” e nº 698/2021 que “define as atribuições dos nutricionistas na orientação e supervisão de estágios de graduação em Nutrição” estabelecem que são funções do nutricionista supervisor de estágio, orientar e facilitar o processo de aprendizagem do estagiário, contribuir com a aprendizagem e o aperfeiçoamento técnico-científico do estudante, esclarecer e informar aos estagiários acerca dos princípios e normas do código de ética profissional e sobre as normas usuais dos locais receptores dos estágios.

Observa-se, então, uma semelhança nas descrições das funções feitas pelos preceptores e pelo que preconiza o CFN. Um aspecto muito interessante citado foi a função do preceptor em fazer a relação entre a teoria e a prática, que

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3764

pode ser interpretada como integrar o ensino ao serviço. Inserir os alunos nos serviços de saúde constitui elemento de grande importância pois contribui para a compreensão do significado das teorias aprendidas na universidade e aplicadas na prática (BREHMER; RAMOS, 2014).

Segundo Evangelista e Ivo (2014), a experiência do estágio é essencial para a formação integral do aluno, considerando que, cada vez mais, são requisitados profissionais com habilidades e competências específicas. Ao chegar à universidade, por muitas vezes, o aluno se depara com o conhecimento teórico, sendo difícil relacionar teoria e prática caso o estudante não tenha vivenciado a realidade profissional.

Observamos que os preceptores visualizam a teoria e prática de uma forma dicotômica, o que é um equívoco. Segundo Assis e Rosado (2012), muitos entendem a prática como exclusiva da intervenção profissional e a teoria como algo específico do âmbito acadêmico. Ainda, segundo os autores, esse equívoco deve ser desfeito, pois existe a necessidade de pensar teoria e prática como unidade, apesar de terem características diferenciadas, mas que só se realizam em interação mútua.

Para a função do professor, os termos que surgiram foram: orientar, avaliar, ensinar, supervisionar, auxiliar no manejo com o paciente e definir questões técnicas do estágio. Segundo o Regulamento de Estágio em Nutrição compete ao professor orientador, orientar e assistir o estagiário quanto à conduta no campo de estágio, selecionar, acompanhar e orientar atividades desenvolvidas pelo estudante no estágio, orientar o estudante quanto a revisão de literatura, planejar e participar de reuniões entre a equipe do estágio e avaliar o estudante (UFG, 2015).

Outra função controvérsia comentada nos grupos focais foi a de que o preceptor ensina por meio da prática. No entanto, os preceptores defendem que essa função, na verdade, deveria ser desempenhada pelo professor, que é o ator responsável por ensinar a teoria necessária ao aluno, cabendo a ele somente a função de demonstrar na prática, o que foi aprendido em sala de aula. Observam-se tais constatações nas falas citadas a seguir:

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3764

A2: “[...] a função, por exemplo, da responsabilidade na verdade do ensino eu acredito que é mais do professor [...] embora que a prática é um ensino né, ele vai aprender muita coisa, mas eu acho que essa não é responsabilidade de nós quanto preceptores [...]”.
A5: “[...] o ensino seria o aluno observar minha prática, não minha função, essa função do ensino eu pra mim seria função do professor”.

B5: “[...] a gente acaba ensinando né, a gente já se questionou se deve ensinar o estagiário ou simplesmente cobrar. Porque não é simples, mas assim, tirar dúvidas, ensinar essas questões, ou ser professor da prática”.
A5: “Eu acredito, eu acho que a função do professor é realmente ensinar, porque se ele tá vindo então ele tá acompanhando. [...] mas agora ensinar o passo a passo eu acho que é função do professor”.

Há nestas falas, uma visão limitada dos preceptores com o ato de ensinar. Não é possível distinguir o tipo de ensinamento a ser dado aos alunos. Não há como fazê-los selecionar as dúvidas teóricas e práticas e os questionamentos no momento em que elas surgem. Esse pensamento demonstra que os preceptores acreditam haver um distanciamento entre a teoria e a prática, ou seja, uma dicotomia entre elas. O ato de ensinar deve ser completo, a teoria e a prática caminham junto, esse é o sentido do estágio supervisionado.

Segundo Paulo Freire (2011), ensinar é um ato que vai além da transmissão do conhecimento, e demanda interação com o estudante na construção do aprendizado. Requer segurança, competência profissional, generosidade, comprometimento, consciência, liberdade e saber escutar. Deve-se compreender que a educação é um modo de intervir no mundo, requer tomada de decisão, disponibilidade para o diálogo e, acima de tudo, o querer bem aos educandos.

A dificuldade dos preceptores em distinguir papéis e funções dos atores envolvidos no estágio parece estar relacionada à falta de conhecimento tanto da

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3764

legislação como da fundamentação teórica sobre o exercício da preceptoria. Nesse contexto, o fato de o preceptor não reconhecer o processo de ensino como inerente a sua prática, pode levá-lo a, simplesmente, delegar suas atividades ao estagiário e não estabelecer uma verdadeira relação pedagógica (LACERDA, TELES e OMENA, 2019). É necessário entender que a preceptoria, enquanto prática educativa é uma atividade que demanda planejamento, competência, criatividade e sensibilidade (VENDRUSCOLO et al., 2021).

Um aspecto que precisa estar claro, no entendimento dos preceptores, é de que, no estágio, ambos, professor e preceptor, possuem responsabilidades pedagógicas. O professor é um profissional que ensina, mas que também cuida, e o preceptor é um profissional que cuida, mas que também ensina (RIBEIRO; PRADO, 2014).

3.3 Relacionamento entre preceptor e professor

O aspecto que se destacou nas falas dos preceptores com relação ao relacionamento entre o preceptor e o professor, foi a falta de diálogo. Surgiram as seguintes falas:

A4: “nunca existiu. Eu nem sei quem é”.
A3: “até mesmo pela questão do horário, geralmente eles vêm de manhã, então da tarde não tem nenhum relacionamento”.

B5: “não tem diálogo, não tem assim aquele interesse”.

B3: “E eu acho que eles também mandam muito recado pelo aluno sabe [...] por exemplo, você tem um seminário de alguma coisa, eles têm que notificar o chefe do serviço, eles têm que notificar o preceptor do local e não falar para o aluno organizar”.

Na percepção dos preceptores, o diálogo com o professor não existe, e apontam motivos diversos para esse ponto vulnerável. Uma questão discutida é

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3764

sobre o horário em que o professor realiza a visita no local do estágio. Outro ponto abordado pelos preceptores foi a falta de interesse do professor em dialogar, visto que o professor, durante a visita ao hospital, comparece à clínica, realiza assistência ao aluno, contudo não procura o preceptor para dialogar sobre assuntos pertinentes ao estágio. Além disso, ressaltaram a falta de comunicação com os preceptores e com a coordenação do estágio em relação aos assuntos burocráticos como eventos dos alunos, faltas, atestados, entre outros.

Outro tópico abordado pelos preceptores foi sobre a falta de diálogo por ambos os lados tanto do preceptor quanto do professor. As opiniões se divergiram, como podemos observar nas falas citadas a seguir:

A2: “Mas eu acho que não tem esse diálogo, por ambos os lados”.
A4: “Mas eu acho que essa procura do diálogo também, não tem que partir do preceptor né, tem que ser mais do professor [...]”.

B5: “Eu não sei se ele sabe quem eu sou, mas assim, eu também não chego nele não”.

As falas deixam claro que a falta de diálogo não se restringe a figura do professor, mas também do preceptor. Apesar de alguns preceptores acreditarem que a responsabilidade em iniciar o diálogo seja do professor, outros já defendem que essa é uma responsabilidade mútua já que todos estão envolvidos na tríade do estágio, professor, aluno e preceptor.

O preceptor precisa interagir, se envolver e participar de todo o processo do estágio. Discutiu-se que o professor está no campo de estágio, exclusivamente, para tratar de assuntos relacionados ao acompanhamento dos estagiários, no entanto, muitas vezes, o preceptor está envolvido em outras atividades de sua rotina na clínica e a presença do professor torna-se despercebida.

Tratar de assuntos burocráticos por intermédio do aluno não é uma forma efetiva de comunicação. Corre-se o risco de criar uma situação desconfortável

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3764

devido ao posicionamento dos preceptores e, ainda, causar um incômodo desnecessário na relação entre alunos e preceptores.

Sendo assim, professor e preceptor devem ter uma atitude de proatividade no que tange ao diálogo com vistas a ter um bom relacionamento entre a equipe. Segundo Pimentel et al. (2015), no trabalho em equipe, o diálogo assume uma importância significativa e indispensável ao bom desenvolvimento da atividade. Isto aponta à possibilidade de superação da prática comunicativa. Assim, o trabalho em equipe “provoca” a escuta do outro, o que pressupõe o estabelecimento de uma via de comunicação.

Desse modo, manter um bom diálogo entre a equipe do estágio visa um melhor desenvolvimento das ações na perspectiva do aprendizado dos alunos. É necessária uma aproximação entre todos da equipe, ou seja, estabelecer uma prática de comunicação entre o professor, o preceptor e o aluno como uma estratégia para romper conflitos e, conjuntamente, criar métodos para um melhor desenvolvimento do estágio e uma maior interação entre a equipe.

3.4 Benefícios e malefícios da presença dos estagiários nos locais de estágio

Sobre a presença dos estagiários nos locais de estágio, observou-se opiniões divergentes entre os preceptores nas duas instituições. Muitos preceptores avaliaram positivamente a presença dos estagiários no campo de trabalho. Tais opiniões ficaram evidentes nas seguintes falas:

B2: “[...] Mas o estágio, por exemplo, ele melhora nossa habilidade como multiplicador de informação. Eu vejo isso como positivo. Outro ponto positivo do estagiário é o aumento do número de atendimentos é um ponto positivo também”.
A1: “[...] com estagiário o atendimento é muito melhor, então tem um quase profissional, ali ouvindo as queixas do paciente também, e vai te repassar isso, e você vai tomar uma atitude”.
B6: “[...] a presença deles, também já foi falado, motiva a gente a estudar”.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3764

Nas falas dos preceptores aspectos importantes foram abordados. Segundo estes, a rotina do cuidado e a assistência nutricional de pacientes hospitalizados, como triagem nutricional, visita à beira do leito, antropometrias, prescrição, evolução, relatórios e orientações nutricionais demandam tempo para serem desenvolvidas e, devido as obrigações burocráticas, este trabalho poderá, eventualmente, estar comprometido. Assim, a presença do estagiário colabora no cuidado integral e humanizado aos pacientes.

O estagiário auxilia o nutricionista na realização dessa rotina diária, possibilitando uma melhor aprendizagem. Porém, um aspecto importante a ser considerado é que o estagiário ainda não é um profissional formado. Dessa forma, há necessidade de acompanhamento e orientação nas atividades pelo supervisor, mantendo sempre o aspecto pedagógico das orientações.

A presença dos alunos e docentes nos serviços de saúde interfere e é fator que contribui para uma melhoria na qualidade da assistência, equidade da atenção à saúde e ampliação do acesso aos serviços. Simultaneamente a essas mudanças e evidências, as experiências de integração ensino-serviço promovem nos serviços de saúde a educação permanente e uma aproximação com a pesquisa (BREHMER; RAMOS, 2014).

Sobre o incentivo a atualização do preceptor Paula e Toassi (2021), afirmam que a integração ensino-serviço promove a troca de saberes e favorece a busca de atualização profissional do preceptor. A atualização profissional do preceptor traz inúmeros benefícios para o serviço, pois terá profissionais mais capacitados para a preceptoria e estes poderão contribuir, de forma mais efetiva, com a formação do aluno. Outro aspecto, é que o profissional se sentirá mais valorizado e seguro para desempenhar todas as funções que exigem um conhecimento técnico atualizado.

Alguns preceptores discordaram com as opiniões citadas anteriormente e classificaram a presença do estagiário como “trabalhosa”, já que muitos

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3764

preceptores possuem atribuições de preceptoria também com residentes. As falas apresentadas a seguir evidenciam tais opiniões:

B5: “Eu acho que é melhor pra eles do que pra gente”.
B6: “[...] o ponto não favorável e que toma muito nosso tempo, demanda muita atenção”.
B5: “Eu acho assim, que o estagiário não deixa nenhuma contrapartida dos serviços”.

Observa-se com as falas que a presença do estagiário, muitas vezes, não é vista de uma forma positiva. Vários fatores podem contribuir para esta percepção, como a demanda de tempo do preceptor para auxiliar os alunos, excesso de alunos para supervisionar, falta de uma contrapartida da instituição e do aluno para o serviço, com o objetivo de melhorar as atividades do setor de Nutrição. Corroborando com essa ideia, Brehmer e Ramos (2014) afirmam que as contribuições devem ser para ambas as instituições, ensino e serviço se beneficiando com a integração. A aproximação com a academia oportuniza aos trabalhadores dos serviços a educação permanente e o frequente intercâmbio de conhecimentos.

A qualificação na formação colabora para um trabalho interprofissional que melhore as condições de assistência na área da saúde e fortalece as relações de integração ensino-serviço. A integração entre uma instituição de ensino e outra de serviço deve assumir significados comuns para ambas, os objetivos devem permitir construir espaços pedagógicos onde as experiências representem ganho para ambas as instituições (PAULA; TOASSI, 2021)

3.5 Atuação conjunta entre professor e preceptor no estágio

Sobre a atuação conjunta entre professor e preceptor foram apontados vários pontos vulneráveis e sugestões de melhoria, conforme podemos observar nas falas apresentadas a seguir:

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3764

B3: “[...] eu acho que um pouco poderia ser possível, que é implementar discussões conjuntas”.

A2: “[...] eu acho que a primeira coisa é estabelecer juntos os papéis de cada um”.

A5: “Eu acho assim, por exemplo, o começo a professora viesse no começo, eu acho que às vezes a gente planejar, uma conversa, todo mundo no começo do estágio no meio e no final, mais falando do aluno, [...] aí no final a gente poderia falar o aluno entrou assim, o que vocês acham que melhorou?”

Durante a realização dos grupos focais, os preceptores sugeriram ações conjuntas com os professores que poderiam contribuir positivamente com a relação entre eles. Dentre algumas das atividades estariam a realização de discussões de casos com a presença dos alunos, a participação do preceptor no estudo de caso apresentado mensalmente pelo aluno, reuniões para tratar de assuntos pertinentes ao estágio e definição de papéis. Atividades que agregam conhecimento profissional à equipe, que promovam inovação, estimulem o diálogo, incentivando a troca de ideias, melhoram a relação entre os atores e devem ser incentivadas (CHRIGUER et al., 2021). Entretanto, também foi apontado que a rotina intensa e a falta de tempo dos preceptores são empecilhos para realização de tais atividades. É notório que a intensa rotina dos preceptores dificulta a realização de atividades pertinentes ao estágio, já que a própria supervisão aos alunos demanda tempo.

São necessários esforços conjuntos para que seja possível a realização de ações que promovam mudanças na relação entre preceptor e professor. Os gestores dos serviços têm papel fundamental nesse processo, possibilitando aos preceptores rotinas em que seja possível a participação dos preceptores em atividades agregadoras entre a equipe de estágio. É preciso compreender que o processo de construção é coletivo e nele cada ator tem um importante papel e diferentes responsabilidades.

As construções pedagógicas só podem acontecer pela ação dos gestores, docentes, alunos e trabalhadores dos serviços. Todos os movimentos a favor de propiciar a integração ensino-serviço agregam novos elementos para romper o

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3764

imobilismo que acomoda os sujeitos no seu fazer cotidiano. Portanto, o diálogo entre esses atores é a base para fortalecer as parcerias (BREHMER; RAMOS, 2014).

4. Conclusão

A literatura e a legislação sobre estágio não trazem o conceito de preceptor de forma definitiva e consistente. Apesar da existência de lacunas, os preceptores definiram esse profissional como aquele que está no campo de trabalho, um mediador, que recebe, orienta, ensina, acompanha e supervisiona o aluno, havendo uma confusão entre conceito e ação dos preceptores.

O preceptor não se vê como parte da equipe e não se apodera de seu papel na orientação dos alunos, o que evidencia insatisfações no serviço. O diálogo entre a equipe e a maior aproximação entre a academia e o serviço são primordiais para que mudanças efetivas aconteçam.

O conceito de professor obteve uma percepção pedagógica e organizacional, sendo definido como o profissional responsável pelo conteúdo programático, por direcionar os alunos, resolver questões burocráticas, avaliar, ensinar e orientar. No entanto, notou-se uma dificuldade em separar as atividades de cada profissional, o que denota um desconhecimento sobre as funções dos atores envolvidos no estágio. Esse desconhecimento, por sua vez, pode interferir no processo de ensino e aprendizado do estagiário.

Ficou clara a visão dicotômica dos preceptores entre teoria e prática, o que é um engano. Eles entendem a prática como exclusiva do campo do estágio e a teoria como algo específico do ambiente acadêmico. Esse equívoco deve ser desfeito, suprindo a falta de conhecimento tanto da legislação como de fundamentação teórica sobre o exercício da preceptoria, já que, em sua grande maioria, os profissionais de saúde não recebem formação para o desenvolvimento dessa atividade, ou não se interessam no aprimoramento nessa área.

Sobre a relação interpessoal da equipe de estágio, muitos preceptores acreditam que a presença do estagiário no campo de estágio traz mudanças

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3764

positivas para o serviço, agrega conhecimento, melhoram o atendimento aos pacientes e incentivam a capacitação dos profissionais. Entretanto, outros preceptores veem negativamente o acompanhamento de um grande número de alunos no estágio, causando sobrecarga nas atividades diárias do preceptor.

Diante de todo o exposto, conclui-se que os principais fatores que necessitam aprimoramento no estágio supervisionado em Nutrição Clínica são: a comunicação entre a equipe e o estabelecimento de papéis e funções dentro da equipe. Este estudo permitiu conhecer a percepção dos preceptores sobre o estágio na área de Nutrição Clínica de uma instituição de ensino superior que, por sua vez, pode influenciar a prática de ensino no serviço. Os resultados encontrados no estudo são relevantes porque trazem reflexões sobre esse importante personagem do ensino e possibilitarão a criação de estratégias de melhorias no componente curricular resultando na formação de profissionais capacitados e preparados para o mercado de trabalho.

Propomos, ainda, a realização de capacitação com a equipe de preceptores, além da criação de espaços para uma comunicação mais efetiva entre a equipe, sejam elas presenciais ou virtuais. É preciso compreender que o desenvolvimento do estágio é uma construção coletiva e nela cada ator tem um importante papel e diferentes responsabilidades. Sugere-se, também, a realização de estudos envolvendo os preceptores, alunos e gestores de outras áreas de estágio da Nutrição, tais como em saúde pública e em alimentação coletiva. Além de pesquisas em outros cursos de Nutrição do país para tentarmos superar os obstáculos do estágio em prol da comunidade.

Referências

ASSIS, R. L. M.; ROSADO, I. V. M.; A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção. **Revista Katál**, v. 15, n. 2, p. 203-211, 2012.

AUTONOMO, F. R. O. M.; HORTALE, V. A.; SANTOS, G, B.; BOTTI, S. H. O. A preceptoria na formação médica e multiprofissional com ênfase na atenção primária - Análise das publicações brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 39, n. 2, p. 316-327, 2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, SP. Edições 70, 1979.

BREHMER, L. C. F.; RAMOS, F. R. S. Experiências de integração ensino-serviço no processo de formação profissional em saúde: revisão integrativa. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 16, n. 1, p. 228-237, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ree.v16i1.20132.

BRASIL. Ministério da Educação**. Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: https:www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/70320/65.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n° 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 18 de jun. 2017.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF, 2012.

CÂNDIDO, C. M.; ASSIS, M. R.; FERREIRA, N. T.; SOUZA, M. A. A representação social do “bom professor” no ensino superior. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 356-365, 2014.

CHRIGUER, R. S.; AVEIRO, M. C..; BATISTA, S. H. S. S.; GARBUS, R. B. S. C. O PET-Saúde Interprofissionalidade e as ações em tempos de pandemia: perspectivas docentes. **Interface**, v. 25, Supl. 1, e210153, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/interface.210153

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Resolução nº 418 de 18 de março de 2008**. Brasília, 2008. Disponível em: < http://www.cfn.org.br/novosite/pdf/res/2008/res418.pdf>. Acesso em: 26 de mar. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Resolução nº 698 de 11 de agosto de 2021**. Brasília, 2021. Disponível em: < http://sisnormas.cfn.org.br:8081/viewPage.html?id=698. Acesso em: 26 de mar. 2025.

EVANGELISTA, D. L.; IVO, PEREIRA, O. P. Contribuições do estágio supervisionado para a formação do profissional de enfermagem: expectativas e desafios. **Revista Enfermagem Contemporânea**, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/391. Acesso em: 26 mar. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática** educativa. São Paulo: Paz e Terra; 2011.

FERREIRA, F. C.; DANTAS, F. C.; VALENTE, G. S. C. Saberes e competências do enfermeiro para preceptoria em unidade básica de saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem** [Internet], v. 71, Suppl. 4, p. 1657-65, 2018.

LACERDA, L. C. A.; TELES, R. B. A.; OMENA, C. M. B. Estágio supervisionado: percepção do preceptor sobre o processo de ensino-aprendizagem em um hospital de ensino. **Revista e-Curriculum**, v.17, n.2, p. 574-591, 2019.

MALHEIROS, B. T. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011. p. 217.

MASETTO, M. T.; GAETA, C. Os desafios para a formação de professores do ensino superior. **Revista Triângulo**, v. 8, n. 2, p. 4-13, 2016.
MINAYO, M. C. DE S.; COSTA, A. P. Técnicas que fazem o uso da palavra, do olhar e da empatia: Pesquisa Qualitativa em Ação. In: **Técnicas que fazem o uso da palavra, do olhar e da empatia: Pesquisa Qualitativa em Ação**. 2019. 63 p.

PAULA, G. B.; TOASSI, R. F. C. Papel e atribuições do preceptor na formação dos profissionais da saúde em cenários de aprendizagem do Sistema Único de Saúde. **Saberes Plurais: Educ. Saúde**, v. 5, n. 2, p. 125-142, 2021.

PIMENTEL, E. C. et al. Ensino e aprendizagem em estágio supervisionado: estágio integrado em saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 39, n. 3, p. 352-358, 2015.

RIBEIRO, K. R. B.; PRADO, M. L. A prática educativa dos preceptores nas residências em saúde: um estudo de reflexão. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 34, n. 4, p. 161-165, 2014.

SILVA, C. C.; SILVA, A. T. M. C.; BRAGA, J. E. F. Revisitando a formação de recursos humanos de saúde no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v.13, n. 3, p.23-30, 2009.

STRINGHINI, M. L. F. et al. Validação e aplicação de questionário de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Nutrição de uma universidade pública na

percepção dos estudantes, estagiários, preceptores e professores. **Research, Society and Development,** v. 10, n. 16, e56101623035, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Regulamento geral dos estágios curriculares da Faculdade de Nutrição**, 2015. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/128/o/regulamento-estagio-bach-nutricao-ufg.pdf

VENDRUSCOLO, C.; PRADO do, M. L.; KLEBA, M. E. Formação de recursos humanos em saúde no Brasil: uma revisão integrativa. **Educação em Revista**, v. 30, n. 1, p. 215-244, 2014.

VENDRUSCOLO, C. et al. Preceptoria como potencializadora da integração ensino-serviço na formação em Enfermagem. **Enfermagem em Foco**, v. 12, n. 7, Supl.1, p.8-14, 2021.